

POR QUE E COMO AS TRANSIÇÕES DE GOVERNO DEVEM ACONTECER?

Mírian Lucia Pereira¹
Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz²

Discutem-se, aqui, aspectos sobre a importância de os municípios organizarem-se para realizar a Transição de Governo (TG), que objetiva:

- a) Promover a **continuidade da prestação dos serviços**, da prefeitura, aos seus municípios, com base no **conhecimento do cenário institucional**;
- b) Propiciar ajustes no Plano de Governo (novo ou em andamento), para que a Administração Pública municipal continue a funcionar bem, a partir da obtenção do conhecimento da prefeitura;
- c) Possibilitar o pleno **funcionamento dos órgãos municipais** e a continuidade das ações desenvolvidas nas diversas políticas públicas;
- d) Evidenciar a **maturidade política/civilidade** dos gestores públicos, e das suas equipes, bem como seu compromisso com a transparência;
- e) Estimular o agir **proativo**, proporcionando ações preventivas e corretivas, da equipe de gestão, e não apenas **reativo** às ações dos órgãos de fiscalização e controle;
- f) Revelar o **comportamento ideal, dos agentes públicos**, pautado na Ética da Responsabilidade; no Valor Público; e na mudança cultural das instituições;
- g) Incentivar a **conscientização sobre as mudanças necessárias** e a adoção de posturas cuidadosas para assegurar a continuidade dos serviços;
- h) Servir de instrumento de conhecimento/avaliação da gestão;
- i) Reconhecer a sociedade como “proprietária” da *res publica*, prestando-lhe contas quanto ao uso adequado do erário.

Sabendo-se que os municípios vivenciam realidades diferentes, é necessário que a TG seja conduzida por esforços recíprocos para que a ética, o respeito, a empatia e o cuidado sejam a tônica de uma passagem de gestão comprometida com a formação cidadã, guiando-se por alguns princípios:

¹ Mestra em Administração Pública pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf); professora colaboradora convidada do Mestrado Profissional em Administração Pública da Univasf; integra o Grupo de Pesquisa Observatório Nacional de Transição Governamental; participou e coordenou processos de Transição de Governo; servidora da Univasf.

² Doutora em Administração Pública pela FGV-SP; professora do Mestrado Acadêmico e do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Cidade de São Paulo (Unicid) e da Pós-graduação em Gestão Pública da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Coordenou o projeto Transição de Governo nos Municípios Paulistas realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam), de 2011 a 2013.

- a) Colaboração entre as gestões;
- b) Transparência da gestão pública;
- c) Planejamento da ação governamental;
- d) Boa-fé e exequoriedade dos atos administrativos;
- e) Supremacia do interesse público; e,
- f) Continuidade dos serviços prestados à sociedade.

Além de enfatizar os compromissos republicanos, as equipes atuais e futuras, especialmente, no último ano de gestão, devem observar estes aspectos:

- a) A **prestação de contas** será preparada e encaminhada, pelo eleito ou reeleito, aos Tribunais de Contas;
- b) Os convênios em execução, ou com prestação de contas pendentes, serão **concluídos ou regularizados** pela gestão subsequente;
- c) Os **relatórios** de envio **obrigatório**, aos órgãos de controle (estaduais ou federal), estarão a cargo do próximo gestor;
- d) A **apreciação** de contas, pelos Tribunais, visando conformidades, será submetida pela gestão seguinte e, constatadas irregularidades, haverá **multas e outras penalidades** que recaem sobre as equipes e sobre o município.

Assim, é preciso modificar a cultura existente, compreendendo que todos podem se beneficiar com a Transição de Governo, sobretudo:

- a) A população do município, no qual ocorra o processo, pois os riscos de descontinuidade poderão ser menores;
- b) A gestão que está encerrando o mandato, pelo legado e pelo ativo institucional obtido;
- c) A gestão que iniciará o mandato, ou a que dará continuidade, pois poderá conduzir os primeiros meses de atuação de modo mais efetivo; e,
- d) A própria Administração Pública, que se fortalece pelo exercício das boas práticas, racionalizando ou direcionando recursos, que seriam destinados à correção de possíveis irregularidades da não realização das Transições.

Objetivando difundir a Transição de Governo, a Secretaria de Desenvolvimento Regional, do Estado de São Paulo, desenvolverá um curso, sobre o tema, com início em 30/11/2020. Inscreva-se no portal [Municípios em Rede](#) e contribua para a realização efetiva da transição no seu município!